



O Brasil e a América Latina na Guerra Fria

Fascículo 6
Unidade 12

Você já ouviu falar na palavra “**Democracia**”? Certamente sim, mas sabe o que significa? Será que o Brasil é hoje realmente um país democrático? Será que Democracia é ter somente o direito ao voto? Como você já viu anteriormente, a América Latina, inclusive o Brasil, viveu inúmeros períodos autoritários, em que as liberdades e os direitos dos cidadãos foram negados. Contudo, também tivemos períodos considerados democráticos. E é sobre um desses momentos que nós iremos falar agora.

Democracia

Governo do povo. Na atualidade é definido como o regime político que se funda na soberania popular, na liberdade eleitoral, na divisão de poderes e no controle da autoridade.




Do final da ditadura do Estado Novo, em 1945, até o golpe de 1964, o Brasil e o mundo atravessaram anos repletos de tensões que se relacionavam à Guerra Fria entre EUA e URSS. Ao mesmo tempo, nosso país viveu uma experiência democrática inédita, situada entre dois regimes autoritários. Nesses mesmos anos, o desenvolvimento nacional, isto é, o rompimento com o atraso, a pobreza e a miséria, tudo aquilo que se chamou de “subdesenvolvimento”, estava no centro dos debates e das preocupações no país. Esse não foi um fenômeno exclusivo do Brasil, mas também da América Latina, com governantes que apesar das muitas diferenças, adotaram ações semelhantes para lidar com problemas parecidos. Tratar desses quase 20 anos e dos seus impactos é o tema dessa unidade, que tem como foco nosso país e a América Latina durante a Guerra Fria.

Objetivos de aprendizagem

- Relacionar o anticomunismo na América Latina e a Guerra Fria.
- Caracterizar o populismo latino americano.
- Reconhecer os alcances e limites da experiência democrática brasileira de 1945 a 1964.
- Compreender o debate sobre o desenvolvimento do país nas décadas de 1950 e 1960.
- Reconhecer os impactos das transformações econômicas e sociais daquele período no Brasil de hoje.

Seção 1

O Brasil e a América Latina na Guerra Fria

Corrida armamentista 1950-1989				
		1950	1960	1989
	Ogivas Nucleares	350	18700	22500
	Megatons de TNT	77	19000	11000
	Ogivas Nucleares	5	1700	32000
	Megatons de TNT	0,1	500	4500

Adaptado por Gilberto A. Angelozzi a partir de <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=28705>



Figura 1: Conflitos e embates pós-Segunda Guerra Mundial - Diários de Motocicleta

Conforme podemos observar nas imagens anteriores, o fim da Segunda Guerra não levou a uma era de paz e segurança. Longe disso, em pouco tempo, a aliança militar entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS) contra o nazi-fascismo deu lugar a disputas e tensões que marcaram o mundo até 1991 com a Guerra Fria. E, claro, a América Latina não atravessou esses anos isoladamente. Ao contrário. Ela esteve no centro da mais grave crise do período que deixou o mundo à beira de uma guerra nuclear entre as duas superpotências: a crise dos mísseis em Cuba, em 1962.

Na Unidade 11, vimos que durante a Guerra Fria foi estabelecido um pacto de ajuda militar entre os países europeus. Se alguma nação fosse atacada, as suas aliadas entrariam no conflito para ajudá-la. Você se lembra disso?

Na América Latina, algo semelhante ocorreu. Para compreendermos como isso aconteceu, é preciso retornar ao início da Guerra Fria, quando os EUA preocuparam-se em promover a construção de um sistema de segurança interamericano. A ideia era proteger o continente de uma agressão militar estrangeira, que supostamente poderia partir da URSS, ao mesmo tempo procurava conter a influência ideológica comunista, contrária aos valores e ao modo de vida norte-americanos.

Como parte dessa estratégia, em 1947, foi realizada em Petrópolis, no Rio de Janeiro, uma conferência que contou com a presença do então presidente dos EUA, Harry Truman (1945-1953) e de seu Secretário de Estado, o general George Marshall, responsável pela condução da diplomacia estadunidense. Nessa conferência, foi criado o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), uma aliança militar defensiva, ainda hoje em vigor, que previa uma reação conjunta de todos os países que o assinaram, em caso de agressão estrangeira a qualquer país membro.

No ano seguinte, em Bogotá, na Colômbia, uma nova conferência reunindo os países do continente criou a OEA (Organização dos Estados Americanos). Essa organização, que é atuante até hoje, pretendia promover uma maior integração entre os países do continente americano e assegurar a defesa de valores democráticos e dos direitos humanos. Porém, nos anos seguintes, para conter o avanço do comunismo e a influência soviética, esses aspectos foram relegados a segundo plano. A OEA foi deixando de condenar regimes autoritários e violentos que foram instalados no continente como os da Nicarágua, comandada pela família Somoza (1936-1979); o do Haiti, com François Duvalier, conhecido como Papa Doc (1957-1971); e o da República Dominicana, com Rafael Trujillo (1930-1961). Em comum, além da violência diante das suas populações e dos opositores políticos, havia uma submissão aos interesses econômicos estrangeiros que favorecia os interesses dos EUA nesses países. Assim, ao posicionarem-se na OEA, esses regimes contribuíram para impedir o avanço de ideias socialistas, tanto internamente, quanto no continente.

No Brasil, o anticomunismo ganhou muitos adeptos. Ainda na década de 1940, temendo-se o avanço eleitoral dos comunistas, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), em 1947, houve a cassação do registro eleitoral do PCB (Partido Comunista do Brasil). A alegação era de que o partido, recém-saído da clandestinidade, em 1945, agia a serviço da URSS. Os políticos eleitos perderam seus mandatos, dentre os quais, Luiz Carlos Prestes, que era senador pelo Rio de Janeiro, e os deputados comunistas Carlos Marighela e Jorge Amado, famoso escritor baiano.



Saiba Mais

Jorge Amado é autor de grandes obras como Gabriela, Cravo e Canela, Dona Flor e seus dois maridos e Tieta do Agreste. Você conhece estes livros? Se não, esta é uma boa oportunidade de lê-los!

O temor do “avanço comunista” levaria o Brasil a uma decisão exagerada, que sequer foi adotada pelos EUA durante a Guerra Fria: o rompimento de relações diplomáticas com a URSS, em 1947.



Importante

Tais relações entre Brasil e URSS que começaram em 1945, a pedido dos EUA, ainda devido à aliança da Segunda Guerra, só seriam reestabelecidas em 1961, durante o governo de João Goulart (1961-1964). Apesar da decisão ter sido tomada pelo antecessor do presidente Goulart, Jânio Quadros, que governou apenas de janeiro a agosto de 1961, o reestabelecimento de relações diplomáticas com o país líder do bloco comunista foi muito criticado.

Durante a década de 1950, tanto o presidente Getúlio Vargas (1951-1954) quanto Juscelino Kubitschek (1956-1961) tentaram obter algum tipo de vantagem com o apoio brasileiro aos EUA, tal como já tinham conseguido antes, não podemos esquecer da ajuda financeira para construir a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Sem dúvida, esses governos tinham em mente o Plano Marshall, que injetou no continente europeu bilhões de dólares em investimentos.

Mas quais eram os interesses dos EUA ao oferecer ajuda à Europa recém-saída da Segunda Guerra?

O objetivo do plano de 1947 era reconstruir as economias europeias e, ao mesmo, tempo impedir o avanço de ideias socialistas. Eles acreditavam que uma população com estabilidade e segurança não precisaria recorrer ao comunismo, que pregava a justiça social e buscava melhores condições de vida para a população, para resolver seus problemas. Assim, um país capitalista – os EUA – oferecia possibilidades de resolução dos problemas sociais e econômicos dentro do próprio sistema capitalista.

Para o governo dos EUA, a destruição e a crise gerada pela Segunda Guerra, bem como a proximidade territorial dos países europeus com a URSS e outros países comunistas era uma diferença significativa que justificaria os investimentos. Por outro lado, os países latino-americanos, que faziam parte de organizações como a OEA e eram aliados dos EUA pelos acordos e ajuda militar, ofereceriam um risco menor de se voltar para o socialismo. O perigo existia na América Latina, mas era menor se comparado à Europa.

Será que toda essa preocupação com o Velho Continente (Europa) continuaria sendo maior do que o cuidado com os vizinhos (América) durante todo o período da Guerra Fria? A resposta é não. Mas então o que aconteceu para que houvesse essa mudança?

Tudo isso mudou após 1959 e em especial, depois de 1961, quando a Revolução Cubana declarou seu caráter socialista. Como visto na unidade anterior, a ilha caribenha com o seu bem sucedido movimento passou a funcionar como um exemplo que poderia ser seguido pelos países da região. O caso cubano, mais do que nas décadas anteriores, deixou clara a possibilidade do surgimento de regimes socialistas no continente.

Para tentar impedir que Cuba se transformasse nesse modelo a ser seguido, em 1962, exilados cubanos descontentes e treinados pela CIA, a Agência de Inteligência dos EUA, tentaram invadir a ilha e derrubar o novo governo. Derrotados, os que não morreram foram presos e obrigados a se retirar. Mas o pior, para o governo dos EUA, ainda estava por vir: a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962. O fato é que a URSS, grande rival dos EUA, tinha agora um grande aliado no continente americano. E nesse jogo de alianças e rivalidades, o líder cubano Fidel Castro conseguiu convencer o dirigente da URSS, Nikita Krushchev, a instalar mísseis soviéticos na ilha. As armas teriam alcance para atingir grandes cidades dos EUA como Nova Iorque. Com a descoberta pelo governo estadunidense da construção das instalações para abrigar os mísseis, o então presidente dos EUA, John Kennedy (1961-1963), dirigiu-se à população do seu país em cadeia nacional de TV para falar do risco da eclosão de uma guerra atômica, caso os soviéticos não retirassem os mísseis de Cuba. Depois de muita tensão e negociações, os soviéticos concordaram em retirar o armamento.



Figura 2: Charge ilustrando a crise dos mísseis

Adaptado por Gilberto A. Angelozzi a partir de http://www.washingtonpost.com/wp-adv/advertisers/russia/articles/features/20090826/the_american_arrival.html

Temerosos dos riscos de surgimento de novos regimes alinhados à URSS na região, o governo dos EUA liderou uma bem sucedida campanha de Isolamento da ilha que, dentre outras ações, levou à suspensão de Cuba da OEA, em 1962. Os Estados Unidos também não hesitaram em apoiar e financiar campanhas de desestabilização contra governos considerados simpáticos aos comunistas. Chegariam mesmo ao ponto de planejar operações de desembarque de armas e tropas para impedir que novos governos socialistas pudessem surgir, repetindo ameaças como a da crise dos mísseis. Mas não foi só isso que mudou na América Latina após a Revolução Cubana: as elites locais, temendo a ameaça comunista que segundo elas colocavam em risco seu patrimônio e era sinônimo de desordem, passaram a tratar manifestações legítimas como movimentos com a capacidade de ameaçar a ordem vigente e promover a implantação das ideias comunistas. Por esse motivo, as mobilizações sociais deveriam ser contidas.

Nos meios militares latino-americanos, cuja formação de oficiais assumia uma crescente influência estadunidense, ganhava cada vez mais força a Doutrina de Segurança Nacional. Criada nos EUA na segunda metade dos anos 1940, a Doutrina afirmava que o inimigo não estava mais no exterior, mas dentro do território nacional, a espreita, infiltrado, e pronto para agir. O inimigo era a parte da população simpatizante das ideias socialistas. Essa tese do “inimigo interno” foi usada pelos setores militares conservadores para gerar desconfiança em relação às mobilizações e convencer a população dos perigos e danos dos movimentos sociais de contestação à ordem estabelecida. É nesse contexto, por exemplo, que ganha força a perseguição aos opositores do governo brasileiro, e assim os comunistas foram colocados na ilegalidade durante o governo de Getúlio Vargas.

Os governos populistas na América Latina

Durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, surgiram governos na América Latina que afastaram-se das orientações liberais e, ao mesmo tempo, viam com grande preocupação o poder e os interesses dos EUA na região. Em grande medida, por conta dos efeitos da crise de 1929, com a queda brusca dos preços agrícolas, muitos países com economias baseadas na agricultura atravessaram graves crises. Ao mesmo tempo, houve crises políticas devido ao enfraquecimento de grupos políticos tradicionais e a emergência de novos grupos urbanos como industriais, trabalhadores e classes médias

Foi nessa conjuntura, como uma alternativa ao modelo liberal e ao alinhamento automático com os EUA já na Guerra Fria, que chegaram ao poder governos que seriam considerados pelos historiadores como integrantes do **Populismo** Latino Americano.

Populismo

Tema controverso, complexo, que recebeu várias interpretações e suscitou muitas polêmicas na historiografia, o populismo pode ser entendido, em especial para o caso da América Latina, como expressão da emergência das classes populares no cenário político. Uma crise aguda no sistema liberal-oligárquico, ocorrida a partir da crise de 1929, provocou uma crise de hegemonia - isto é, quando nenhum grupo político tem força suficiente para assumir o poder - oferecendo a possibilidade do surgimento dos regimes populistas na América Latina. O populismo pode ser visto ainda como uma forma de governar, na qual o governante utiliza vários recursos para obter apoio popular como: linguagem simples e popular, propaganda pessoal, comportamento carismático.

Apesar das inúmeras diferenças, esses governos lidaram com problemas bastante semelhantes após a Crise de 1929 e adotaram algumas ações muito parecidas. São os casos de Getúlio Vargas no Brasil (1930-1945 e 1951-1954); Lázaro Cárdenas no México (1934-1940); Juan Domingo Perón na Argentina (1946-1955 e 1972-1973), entre outros.

Quais seriam os aspectos comuns em sociedades aparentemente tão diferentes? Em primeiro lugar, diante da crise econômica e da descrença no liberalismo econômico, esses governos procuraram promover uma forte intervenção do Estado na economia. Essa intervenção visava reduzir a dependência dos países do modelo agroexportador, que tinha evidenciado toda sua fragilidade com a Crise de 1929 e a queda brusca do preço dos gêneros agrícolas. Como forma de reduzir essa dependência, os Estados passaram a estimular uma diversificação agrícola e também apoiaram um processo de industrialização. Tem-se aqui outra característica comum dessas experiências. Em maior ou menor medida, procuraram criar empresas, controladas pelo Estado, que atuariam em setores estratégicos das suas economias, como a **indústria de base**. No Brasil foi criada a Petrobras (1953) e no México, a PEMEX (1938), ambas estatais petrolíferas.

Indústria de base

Também conhecida como indústria de bens intermediários ou pesada. É responsável pela produção de matéria prima necessária para outro setor industrial. É formada, principalmente, pelos setores da siderurgia, metalurgia, petroquímica e cimento.

Outra característica importante desses governos era o nacionalismo. A geração que chega ao poder nas décadas de 1930 a 1950 acompanhou de perto, no começo do século, a política de intervenções militares dos EUA na América Latina. Iniciada no governo do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), essa política ficou conhecida como **Big Stick**, a política do Grande Porrete.

Big Stick

A expressão “Big Stick” vem de um ditado africano que poderia ser traduzido como “fale mansamente, mas carregue nas mãos um grande porrete”, e que, aplicado às relações internacionais, preconizava uma diplomacia que poderia negociar, mas que também estava pronta para usar a força.



Figura 3:



Figura 4:

Essa política visava manter a América Latina submetida aos interesses dos EUA, usando a força se necessário. Além disso, na década de 1930, os países em crise acirraram o protecionismo **alfandegário** e colocaram os seus interesses internos acima das relações amigáveis com outros Estados. Com isso, tem-se uma preocupação em proteger a nação do interesse estrangeiro, considerado como contrário e prejudicial aos interesses nacionais, tanto no sentido político quanto econômico. É, por exemplo, nesse contexto que Vargas determina a nacionalização do subsolo e no seu segundo governo inicia a campanha de nacionalização do petróleo com o slogan “o petróleo é nosso” que resultará na criação da PETROBRAS, em 1953.

Alfandegário

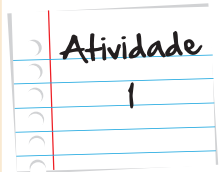
Relativo à alfândega; aduaneiro, isto é, administração ou repartição pública onde se registram as mercadorias importadas e exportadas, cobrando-lhes os respectivos direitos.

Por fim, um último aspecto observado nesses governos foi a produção e a divulgação de uma legislação trabalhista voltada para os trabalhadores urbanos. Medidas para os trabalhadores rurais foram mais consistentes apenas no México. Esse esforço não só atendia a reivindicações de trabalhadores organizados que eram feitas desde o começo do século XX, mas também significava uma tentativa desses governantes de obterem apoio político. Com leis de proteção ao trabalho e ao trabalhador diante dos abusos dos patrões, e a criação de direitos nas relações de trabalho, tais líderes valorizavam de forma inédita esse segmentos sociais e com isso passaram a ter forte apoio popular. Isso ajuda a entender o porquê de ocuparem um lugar de destaque na memória de muitos daqueles que viveram a época.

É interessante destacar que essas medidas não apagam as ações autoritárias e antidemocráticas tomadas por esses governos, como o Estado Novo no Brasil (1937-1945), mas moldam um quadro complexo de integração da América Latina com o mundo, tanto antes da Segunda Guerra, quando durante os primeiros anos da Guerra Fria.

O comunismo, não é canja não!

Observe o Anúncio da Cruzada Anticomunista publicado na edição do dia 29 de junho de 1955.



Is this tomorrow: America under communism! ("Este será o amanhã: a América sob o comunismo!"), revista em quadrinhos de propaganda anticomunista de 1947



Capa de "A Quand Notre Tour". Revista em quadrinhos canadense. Observe a mão monstruosa tentando envolver a cidade cuja manga da camisa tem a foice e o martelo



Edição de 1954 do Capitão América apresentava um tom anti-comunista, que pode ser percebido nos nomes russos de seus inimigos: "Poison Ivan" (algo como Ivan Venenoso) e Hotsky Trotski (referência ao revolucionário comunista Leon Trotsky)

Atividade 1



No anúncio da primeira imagem, podemos ler o seguinte texto:

“O Festival Mundial da Juventude, que pretendem realizar em Varsóvia, Polônia Soviética, em agosto, é patrocinado pelo comunismo internacional, o mesmo grupo bolchevista que foi expulso do Chile, e do Brasil em fevereiro deste ano. Um dos orientadores do festival é o deputado Frota Moreira que visitou Moscou, em janeiro de 1955, para receber ordens dos russos. Apelamos para o bom senso da nossa juventude. Não compareçam a esta farsa comunista. Não deixem que o nome de suas famílias seja registrado como comunista nos arquivos da polícia. Ajudem à sua Cruzada”.

A partir do anúncio e das imagens, reflita sobre as questões:

- Como o comunismo é identificado pela Cruzada Anticomunista?
- Que alerta o anúncio faz à juventude brasileira?
- De acordo com as imagens, quais perigos e males o comunismo poderia levar a um país?
- Quais medidas poderiam ser tomadas para impedir o avanço do comunismo?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 2

A democracia no Brasil

Você deve estar se perguntando: como estava o Brasil neste momento? Saiba que, do final do Estado Novo em 1945 até o golpe de 1964, a sociedade brasileira vivenciou um período democrático. Mas o que isso significou? Durante esses anos houve uma crescente participação política, inclusive de setores numerosos que antes quase não tinham espaço na vida pública e muitos desses setores se organizaram para tentar obter conquistas sociais. Mesmo diante das crises políticas e ameaças, as instituições democráticas funcionaram nesse período. Mas não é a simples existência de instituições que garantem um regime democrático; contudo, sua ausência é um sinal claro do estabelecimento de práticas autoritárias. Quais seriam e como funcionaram essas instituições democráticas? É sobre o funcionamento delas que falaremos mais um pouco.



Figura 5: E a democracia no Brasil, como estava?

As instituições democráticas

De 1946 até o golpe de 1964, vigorou a Constituição de 1946, 4ª Constituição da República brasileira desde 1889. Já sabemos que a Constituição é a lei maior, a legislação máxima que rege um país. Nenhuma autoridade no país - até mesmo o presidente - e nenhuma outra lei podem estar acima da Constituição. Este documento foi promulgado, isto é, teve sua redação discutida, votada e aprovada pelos representantes escolhidos pelo povo, chamados de

constituintes, eleitos no começo de 1946.

A Constituição de 1946 manteve as principais características das constituições anteriores no que se refere à organização do Estado: república; federalismo, com a relativa autonomia dos estados; a separação dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); e o **presidencialismo**.

Presidencialismo

Sistema de governo no qual o presidente da república acumula as funções de Chefe de Estado (que representa os interesses do país) e de Chefe de Governo (que efetivamente governa, administra, nomeando ministros, propondo projetos de lei, etc).

Luiz Carlos Prestes foi constituinte em 1946. Você sabe quem foi ele? Por quais interesses e grupos ele lutou? Ele liderou a Coluna Prestes (1925-1927), na série de revoltas contra os governos oligárquicos na Primeira República, o que lhe rendeu o apelido. Participou do Levante Comunista de 1935, tendo sido preso de 1936 até o fim do Estado Novo. Sobre a Constituição que ajudou a escrever, Prestes declarou que "era uma Constituição aquém das necessidades do país, porém, verdadeiramente democrática."

Ao caracterizar a Constituição dessa forma, Prestes certamente tinha em mente o reconhecimento do pluripartidarismo, ou seja, a existência de vários partidos políticos. Os partidos políticos reúnem indivíduos e grupos que pensam a política de maneira semelhante, compartilhando propostas para a sociedade e para o país. Os principais partidos surgiram em 1945, último ano do Estado Novo, e atuaram até a proibição do pluripartidarismo, em 1965, durante a Ditadura Militar.

Tabela 1: PRINCIPAIS PARTIDOS NO BRASIL (1945-1965)

Partido	Base social	Principais Lideranças
Partido Social Democrático (PSD)	Proprietários rurais e lideranças ligadas aos ex-interventores do Estado Novo	General Eurico Gaspar Dutra; Juscelino Kubitschek
União Democrática Nacional (UDN)	Classe média urbana; profissionais liberais (médicos, professores, advogados, jornalistas); setores do empresariado	Brigadeiro Eduardo Gomes; Carlos Lacerda
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	Sindicatos urbanos e setores do empresariado	Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola
Partido Comunista do Brasil (PCB)	Intelectuais e trabalhadores urbanos	Luiz Carlos Prestes

O maior partido do período, isto é, aquele que mais ocupou cargos eletivos foi o PSD, com um perfil nacionalista e de centro. Esse partido soube aproveitar-se da estrutura herdada do Estado Novo, com a presença de muitos **interventores**. O PSD foi seguido pela UDN, de perfil liberal-conservador. No começo dos anos 1960, a UDN perdia o posto de segundo maior partido do período para o PTB que, em 1962, elegeu o maior número de deputados federais na Câmara. Fortemente associado a Vargas, com o apoio de sindicatos, o PTB defendia o **trabalhismo**, além de ter um perfil **Nacional-estadista**. Já o PCB, apesar da cassação do seu registro eleitoral em 1947, atuou na clandestinidade, assumindo posturas nacionalistas e de esquerda. Mesmo impedidos de lançarem candidatos pela sua legenda, os comunistas apoiariam nomes nas eleições realizadas e lançariam candidatos por outros partidos.

Interventores

Equivalente aos atuais governadores de estado, os interventores, no lugar de serem eleitos, foram nomeados por Getúlio Vargas durante a ditadura estadonovista.

Trabalhismo

Ideologia criada durante o Estado Novo, através da máquina de propaganda do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda -, buscou conquistar a adesão e apoio da classe trabalhadora ao governo de Getúlio Vargas. A democracia social, a valorização do trabalho e do trabalhador foram possíveis graças à ação direta do presidente, e não por lutas e conquistas operárias. Foi com essa associação, entre trabalho e Getúlio que foi possível o desenvolvimento do mito getulista, que ficou conhecido como “pai dos pobres”.

Nacional-estadista

Apesar das diversidades das mais variadas entre as nações latino-americanas e de diferentes iniciativas neste sentido, o nacional-estadismo pode ser entendido como um ambicioso projeto que pretendeu construir um desenvolvimento nacional autônomo dentro do mercado capitalista internacional. Tinha como principais características um Estado fortalecido e intervencionista; um planejamento centralizado; um partido nacional que reunia as diferentes classes sociais em torno de uma ideologia nacional e de lideranças carismáticas, numa associação acordada entre Estado, patrões e trabalhadores. Criticavam os princípios do capitalismo liberal, defendendo a lógica dos interesses nacionais e da justiça social, que apenas um Estado intervencionista e regulador podia garantir.

Atividade

2



Figura6: Propaganda DIP

Observe, atentamente, a propaganda oficial da política social de Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

a) A propaganda apresenta os direitos trabalhistas como um benefício dado pelo governo ou como resultado das lutas da classe trabalhadora? De que maneira esta propaganda se relaciona com o conceito de trabalhismo visto nesta seção?

b) Retire do texto um trecho que caracterize a ideologia trabalhista.

Anote suas respostas em seu caderno

Pesquisas realizadas nos principais centros urbanos do país, no começo da década de 1960, indicaram níveis de preferência partidária semelhantes aos das democracias mais amadurecidas na Europa Ocidental e nos EUA. Isso significa que os eleitores desenvolveram preferências por partidos e votavam com eles. Talvez tenha contribuído para isso a regularidade, de 1945 a 1964 na realização de eleições para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo. Mas afinal, quem era esse eleitor e como os eleitos chegavam ao poder?

Em todas as eleições, havia o voto direto, isto é, a população escolhia diretamente aqueles que iriam exercer os cargos para os quais concorriam. Houve ao longo dos anos um aumento na participação popular nas eleições. Isso aconteceu, em parte, pelo fato da Constituição de 1946 ter mantido os critérios para participação política definidos no último ano do Estado Novo: o voto no Brasil era secreto e obrigatório (como é até hoje) para os maiores de 18 anos, que deveriam obter seu registro eleitoral por meio do título de eleitor. Isso valia tanto para homens quanto para mulheres. Apesar disso, mantinha-se a exclusão dos analfabetos, que não podiam votar nem serem votados.

Além das eleições, que outros elementos o Brasil possuía para ser considerado uma democracia? Em um regime democrático, além da existência de instituições como a Constituição, os partidos políticos, as eleições diretas e os poderes independentes, também são fundamentais os direitos civis, entendidos enquanto direitos individuais,

que protegem o indivíduo de perseguições e ações de outros indivíduos e do Estado. Assim, a Constituição também estabelecia importantes direitos como a liberdade religiosa, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o ***habeas corpus***.

Habeas corpus

Expressão que vem do latim, se refere à medida que visa proteger o direito de ir e vir. É concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Quando há apenas ameaça a direito, o habeas corpus é preventivo.

Em relação à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, só na cidade do Rio de Janeiro existiam mais de 20 jornais que assumiam seu posicionamento político e apoiavam partidos (até os comunistas tiveram seus jornais). Alguns jornais apoiavam o governo, outros eram contrários e alguns ficavam em cima do muro, sem adotar uma única posição, ora concordando, ora discordando. O importante para a democracia é que com certa frequência os mesmos episódios eram noticiados com pontos de vista bastante diferentes, permitindo aos eleitores observá-los por diversos prismas e formular as suas conclusões de modo mais fundamentado. Por sua vez, o *habeas corpus*, expressão que vem do latim, é um instrumento de defesa do cidadão contra a prisão injusta, através do qual pode obter sua liberdade. Não é à toa que o *habeas corpus* é uma das primeiras vítimas dos regimes autoritários que se utilizam da intimidação e da violência para tentar conter as insatisfações e as oposições.

Foi nesse ambiente que de maneira crescente ampliou-se a participação de diferentes setores da sociedade. Nas cidades, os trabalhadores sindicalizados encontravam nas greves a oportunidade de reivindicarem melhorias nas suas condições de vida e trabalho, organizando atos para conseguir conquistas trabalhistas e políticas. No campo, principalmente a partir da segunda metade da década de 1950, assistiu-se a uma intensa mobilização dos trabalhadores rurais que buscavam direitos. A fim de chamarem a atenção da imprensa e do poder público, as manifestações dos trabalhadores do campo também escolhiam as cidades como seus principais cenários. Nas cidades, estavam as sedes das instituições políticas com capacidade de intervenção, além dos jornais que davam visibilidade para as causas, permitindo que outras pessoas soubessem das condições dramáticas vividas por muitos. Não é por acaso que lideranças políticas emergiam dessas lutas enquanto outras procuravam associar-se a essas causas.

As crises políticas da república: legalismo e golpismo

O legalismo e o golpismo conviveram no contexto democrático com o livre debate de ideias, porém, o respeito às posições diferentes não foi observado em todo período. A cassação do registro eleitoral do PCB e os ataques à imprensa ligada aos comunistas exemplificam muito bem isso. A repressão e a violência policial contra sindicatos de trabalhadores também aconteciam. Além disso, não raro alguns grupos chegaram a defender o recurso à ruptura ins-

titucional, ou seja, a alteração das leis, das regras do jogo político, desrespeitando a legislação vigente. Abertamente alguns setores chegaram a defender em mais de uma ocasião o recurso ao golpe de estado, com o uso da força para afastar ou derrubar governantes democraticamente eleitos pelo povo. Nessas ocasiões, a República Brasileira atravessou graves crises políticas nas quais se opuseram *golpistas* de um lado e *legalistas* do outro, defensores do cumprimento e do respeito à Constituição e às leis. As principais crises aconteceram em 1954, 1955, 1961 e 1964.

Em agosto de 1954, após o atentado contra o principal nome da oposição, o jornalista Carlos Lacerda da UDN, instaurou-se um forte clima golpista contra o presidente Vargas, acusado de estar envolvido no crime. O desfecho dessa crise foi traumático: Vargas comete suicídio no dia 24.



Figura 7: Manchete do jornal Última Hora no dia do suicídio do presidente Getúlio Vargas. 24 de agosto de 1954

O surpreendente, no entanto, foi que sua morte promoveu uma forte reação popular, com pessoas saindo às ruas, principalmente na Capital Federal, o Rio de Janeiro, à época. Os manifestantes enfrentaram a polícia, atacaram bancas de jornal, incendiaram a sede de um importante jornal de oposição, além de apedrejarem a embaixada dos EUA. Os que participaram dessas manifestações consideravam seus alvos responsáveis pela morte do presidente. A forte e inesperada mobilização popular inviabilizou qualquer ação golpista que era estimulada pela oposição. Isso permitiu que o vice-presidente da república, João Café Filho, assumisse a presidência para concluir o mandato de Vargas que se estenderia até 31 de janeiro de 1956.



Figura 5: Cortejo fúnebre do presidente Getúlio Vargas na praia do Flamengo, agosto de 1954



Figura 6: Cortejo fúnebre do presidente Getúlio Vargas na praia do Flamengo, agosto de 1954

Café Filho, porém, não governaria até 1956. Em novembro de 1955 acontece uma nova crise. Um mês após as eleições presidenciais vencidas por Juscelino Kubistchek (PSD), que tinha como vice João Goulart (PTB) - considerado o herdeiro político de Vargas - novamente instalou-se um ambiente golpista estimulado pela UDN. Esse partido perdia sua terceira eleição presidencial desde 1945. Junto com alguns militares, os udenistas afirmavam que os vitoriosos tinham recebido apoio dos comunistas. Mais uma vez, o medo da implantação do comunismo serviu de justificativa para medidas que iam contra o governo e a legislação estabelecida.

No meio da crise, o presidente Café Filho se licencia do cargo alegando problemas cardíacos. Este gesto deixou o caminho livre para os golpistas, pois quem assumiu a presidência foi Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. Sucessor legal de Café Filho, Luz já havia demonstrado simpatia aos golpistas. Temeroso de que a Constituição de 1946 fosse descumprida com o impedimento da posse dos eleitos, o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, em nome da legalidade, comandou uma intervenção que afastou Carlos Luz da presidência. Esse movimento ficou conhecido como "golpe preventivo" ou "novembrada" (11/11/1955). Dessa forma, o general Lott garantiu o respeito ao resultado eleitoral, com JK e João Goulart tomando posse no ano seguinte.

A terceira crise do período ocorreu em 1961. Em 25 de agosto daquele ano, Jânio Quadros alegando "forças terríveis" renunciou à presidência da República, menos de sete meses depois de ter tomado posse no cargo. Jânio venceu as eleições com apoio da UDN, adotando um discurso de combate à corrupção e tendo como símbolo de campanha a vassoura para "varrer a bandalheira". Mas, em uma época em que as eleições para presidente e para vice-presidente eram separadas, João Goulart (PTB), o segundo candidato mais votado, foi eleito vice. Assim, após a renúncia, o problema era a forte oposição ao vice João Goulart que sofria rejeição dos udenistas, de setores militares e daqueles que temiam sua simpatia pelas ideias comunistas. Para piorar, no dia da renúncia, Goulart se encontrava fora do país, regressando de uma visita à China Comunista. Do Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola (PTB) denunciava o golpe em curso por meio do rádio e, com apoio do Exército, organizou uma resistência armada para garantir a posse de João Goulart.

Diante do risco de uma guerra civil no país, entre os partidários de Goulart que defendiam a legalidade da sua posse e os golpistas que queriam impedi-la, o Congresso Nacional reuniu-se para uma tentativa de acordo: a aprovação de uma emenda constitucional, ou seja, uma alteração à Constituição de 1946, que substituíria o presidencialismo pelo **parlamentarismo**. Desse modo, Goulart tomaria posse como presidente, porém, seus poderes ficavam limitados. Quem governaria o país seria um Primeiro Ministro, escolhido pelo Congresso.

Parlamentarismo

O parlamentarismo é um sistema de governo em que o Executivo depende do apoio direto ou indireto do Parlamento para governar e ser constituído.

João Goulart aceitou tomar posse, mas ao assumir a presidência, conseguiu promover o retorno do presidencialismo em janeiro de 1963. Por meio de um plebiscito – uma consulta popular – 90% dos votantes rejeitaram o parlamentarismo. Pouco mais de um ano depois, em uma conjuntura de forte mobilização política no país, tanto à direita quanto à esquerda, Goulart foi deposto ao sofrer um golpe de estado. A Constituição de 1946 era clara ao estabelecer os critérios de posse e de continuidade de um presidente no poder. Recorrendo-se à força, setores militares com apoio de lideranças civis desrespeitaram as leis e promoveram a derrubada de Goulart, que optou por não resistir, impedindo assim a deflagração de um conflito civil. Essa ação de ruptura com as normas legais não seria a única. Nos meses e nos anos seguintes, outros direitos e leis seriam suprimidos, colocando fim à experiência democrática iniciada com o término da ditadura do Estado Novo, lançando o país em um novo período autoritário.

Seção 3

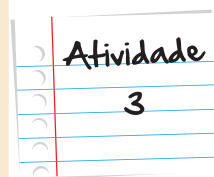
A busca do desenvolvimento e seus desdobramentos

Conforme acabamos de ver, na década de 50, o Brasil vivenciava o regime democrático. E quanto à economia, o que mudou? Nas décadas de 1950 e 1960, o principal debate econômico no país foi o da busca do desenvolvimento, entendido enquanto um processo de industrialização e de urbanização, semelhante àquele atravessado por países da Europa Ocidental e pelos EUA. Somente o desenvolvimento industrial e urbano poderia deixar para trás o passado agrário exportador, gerador de atraso, miséria e pobreza, marcas visíveis do que se convencionou chamar de subdesenvolvimento.

Nessa discussão, desde fins da década de 1940, o debate em torno da exploração do petróleo existente no Brasil produziu duas posições confrontantes: de um lado os chamados "nacionalistas" que sustentavam a necessidade de uma empresa com capitais nacionais, controlada pelo Estado brasileiro, que tivesse o monopólio na exploração do óleo, importante matriz energética e matéria prima da indústria. Do outro lado, os "liberais", que seriam pejorativamente chamados de "entreguistas" pelos nacionalistas, pois supostamente sua proposta entregava o petróleo do país aos estrangeiros. Os liberais defendiam a abertura aos capitais estrangeiros para financiar a exploração do petróleo, por considerarem que o Brasil não possuía tais recursos. Entendiam ainda que essa atividade deveria ser deixada nas mãos de empresas privadas que tinham maior capacidade, tecnologia e organização para a iniciativa, permitindo que elas pudessem competir entre si, com a livre-concorrência.

Os nacionalistas organizaram uma grande campanha que contou com a adesão de diferentes partidos e setores da sociedade – a campanha "o Petróleo é nosso", cujo principal resultado foi alcançado em 1953, com a criação da Petrobrás, empresa nacional, controlada pelo Estado e monopolista.

Com base nas diferentes propostas para exploração do petróleo existente no Brasil em fins dos anos 1940 e começo da década de 1950, preencha o quadro a seguir:



	“Nacionalistas”	“Liberais/ Entreguistas”
Origem dos capitais e investimentos (nacionais ou estrangeiros)		
Controle da exploração (estatal ou privado)		
Modelo de exploração (monopolista ou livre concorrencial)		

Anote suas respostas em seu caderno

A temática do desenvolvimento se tornaria uma espécie de obsessão nacional durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Para isso, o presidente anunciava o Plano de Metas, baseado no **nacional-desenvolvimentismo**. Com objetivos e prazos que deveriam ser atingidos, o Plano de Metas previa a expansão de setores como infraestrutura, transportes e energia, num total de 31 metas. A 31ª meta, chamada de meta-síntese, procurava resumir os objetivos do plano e se constituir em um símbolo do Brasil que se pretendia para o futuro: a construção de uma nova capital, Brasília, símbolo do desenvolvimento, da integração e da modernidade do país.

Nacional-desenvolvimentismo

Expressão que significava um projeto de desenvolvimento nacional que implicava na necessidade do Estado atuar no planejamento econômico e no financiamento da produção, não excluindo o capital estrangeiro.

Não foi à toa que JK convidou o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa para projetarem os prédios públicos e o traçado da nova capital. Brasília foi pensada para se contrastar com o Brasil agroexportador, em uma imagem do país desenvolvido que se queria construir. Além de ser um símbolo, com Brasília pretendia-se interiorizar a ocupação do território brasileiro, até então bastante concentrada no litoral, além de estimular o desenvolvimento de outras regiões.

A novidade diante do Plano de Metas era o papel do capital estrangeiro. Para lideranças como Getúlio Vargas, o Plano de Metas era visto com desconfiança e não raro considerado prejudicial aos interesses nacionais, mas para JK, o capital estrangeiro era indispensável para promoção do desenvolvimento. Com isso, o Plano de Metas procurava reunir condições para atrair esses capitais, através de medidas favoráveis para que empresas estrangeiras se instalassem no país. Esse tipo de investimento, de médio e longo prazo, trazia consigo a noção de que ao abrir uma fábrica no país, os capitais estrangeiros estariam gerando emprego, pagando salários e impostos, adquirindo matéria prima, ou seja, incentivando a atividade econômica como um todo. Foi assim que uma das principais indústrias atraídas foi a automobilística.

O Plano de Metas conseguiu promover uma industrialização e urbanização aceleradas, modificando o perfil do Brasil, que passava a ser predominantemente urbano, com a indústria superando a agricultura na composição do PIB (Produto Interno Bruto), o conjunto de riquezas geradas pelo país. Mas nem tudo eram flores nesse crescimento urbano e industrial do país, pois da maneira como foi colocado em prática, o Plano não conseguiu alcançar um dos seus principais objetivos: o de reduzir as desigualdades regionais, gerando consequências que até hoje são sentidas nas grandes cidades do país, como o Rio de Janeiro.

A ampliação da oferta de emprego em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo acelerou o êxodo rural, intensificando as migrações do norte/nordeste do país em direção ao sul/sudeste. As cidades não estavam preparadas para receber os novos habitantes, o que promoveu processos como o inchaço urbano, a periferização e a favelização, até hoje notados.

A maior quantidade de pessoas nas cidades teve como contrapartida a diminuição da população no campo, o que trouxe ainda outro problema: com mais pessoas nas grandes cidades precisando alimentar-se e menos braços no campo para produzir, houve uma diminuição da produção agrícola, acompanhada da elevação do preço desses gêneros em função da maior procura. Na cidade, as possibilidades e o espaço de produção do próprio alimento são menores que no campo. Com isso verificava-se o problema da carestia, expressão da época que se referia à escassez do produto acompanhada do aumento do preço.

Não é de se estranhar que, nesse período, tenham se ampliado na região nordeste as Ligas Camponesas. Surgidas em Pernambuco, em 1955, sob a liderança do advogado Francisco Julião, as ligas procuravam organizar os camponeses para evitarem o êxodo rural, permanecendo no campo, com acesso à terra e em melhores condições.

Em pouco tempo, essa forma de organização se espalharia e a reforma agrária passaria a ser vista como solução para os camponeses e medidas necessárias para o desenvolvimento do país. Isto não só reduziria o êxodo rural, como ao fixar o homem no campo, promoveria um aumento e barateamento da produção de alimentos, além de reduzir os problemas urbanos da periferização e da favelização, ocorridos com o inchaço das cidades.

Para dar conta dessas questões e demandas no campo e na cidade, e ao mesmo tempo promover o desejado crescimento econômico, no governo de João Goulart (1961-1964), o presidente e seus colaboradores mais próximos julgavam que para retirar os obstáculos do desenvolvimento, a ação do Estado se faria necessária. Foi dessa maneira que o governo Goulart propôs, em 1964, a realização das Reformas de Base. Suas principais propostas foram:

Reforma agrária: voltada para a estrutura fundiária, promoveria a desconcentração da propriedade rural.

Reforma urbana: pretendia proteger os inquilinos nas cidades, com a revisão da lei de aluguéis.

Reforma tributária: procurava escalonar a cobrança de tributos, cobrando mais daqueles que ganhavam mais.

Reforma política: ampliação da participação política, estendendo o direito de voto aos analfabetos.

Reforma educacional: buscava aumentar o acesso à educação, em especial, à educação superior.

Essas propostas reformistas foram fortemente combatidas por setores conservadores, como latifundiários, parte da classe média, empresários, políticos e alguns militares, que viam nas reformas o risco de expansão do comunismo. As greves e demais manifestações, típicas de um regime democrático, passaram a ser consideradas como sinais de desordem e baderna.

As Reformas de Base chegaram a receber apoio popular, como demonstra a realização de um grande comício no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964. Nessa manifestação, 300 mil pessoas se reuniram na Central do Brasil.



Figura 8: Comício de 13 de março de 1964



Figura 9: Comício de 13 de março de 1964

Mas esses grupos esbarravam em setores contrários, que também organizaram manifestações, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que conseguiu reunir cerca de 500 mil pessoas em São Paulo, no dia 19, contra o governo Goulart e as reformas propostas.

O relativo equilíbrio das Forças Armadas diante da forte mobilização da sociedade seria rompido após a Revolta dos Marinheiros, simpáticos às reformas de Goulart, o que aconteceu no Rio de Janeiro, de 23 a 26 de março. Muitos oficiais consideraram a ação inadmissível, pois representava a quebra de dois princípios considerados fundamentais pelas Forças Armadas: a disciplina e a hierarquia. Assim, em meio à crise econômica e à radicalização política, no dia 31 de março, militares do Exército com apoio de setores civis, iniciaram o processo que culminaria com a deposição do presidente João Goulart. Em nome da legalidade e da democracia, promoviam um golpe que desrespeitava os princípios que diziam defender. Desse modo, chega ao fim mais uma experiência democrática brasileira e inicia-se um dos mais sangrentos momentos da nossa História, o regime autoritário após o golpe militar de 1964.

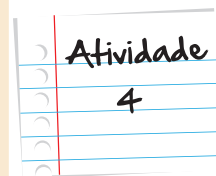


Figura 10: João Goulart na reunião da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube (RJ), às vésperas do golpe civil-militar ao seu governo



Observe a manchete do Jornal “Última Hora” de 14 de março de 1964.

A reportagem faz referência às primeiras medidas de João Goulart para implementação das Reformas de Base. Faziam parte das Reformas propostas: reforma agrária, com a divisão dos latifúndios improdutivos; reforma universitária, com a ampliação do número de vagas nas universidades; reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos e controle da remessa de lucros para o exterior. Por que as propostas existentes nas Reformas de Base do governo Goulart aceleraram o golpe civil-militar de 1964?



Anote suas
respostas em
seu caderno

Resumo

- Brasil e América Latina sofreram os impactos da Guerra Fria promovida por EUA e URSS. De maneiras diferentes, as nações latino-americanas atuaram e reagiram às ideologias apresentadas pelas duas maiores nações da época.
- O período democrático brasileiro (1945-1964) representou importante vitória dos setores trabalhistas, bem como uma experiência democrática única na então, recente República brasileira.
- Apesar dos períodos democráticos, os povos latino-americanos conviveram com regimes autoritários e posturas conservadoras de parte das lideranças políticas locais.
- O medo do comunismo provocou reações entre os setores conservadores das nações latino-americanas que acabaram por desencadear regimes autoritários e ditatoriais por toda a América Latina.

- No Brasil, a preocupação com a comunização barrou importantes reformas políticas e sociais que o governo João Goulart pretendia instalar na sociedade brasileira. O golpe civil-militar brasileiro freou mudanças sociais mais profundas e provocou feridas que ainda hoje não foram completamente cicatrizadas em nosso país.

Veja ainda

- **Filme:** *Treze Dias que abalaram o mundo*. Direção de Roger Donaldson. EUA, 2000. Ficção, 145 min.
- **Filme:** *Evita*. Direção de Alan Parker. EUA, 1996. Biografia musical, 134 min.
- **Filme:** *Jango*. Direção de Sílvio Tendler. Brasil, 1984. Documentário, 115 min.
- **Filme:** *Os Anos JK - uma trajetória política*. Direção de Sílvio Tendler. Brasil, 1980. Documentário, 35mm, 112 min., Caliban.
- **Filme:** *Jânio a 24 Quadros*. Direção de Luís Alberto Pereira. Brasil, 1981. Documentário, 35mm, 84 min.



O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) detém inúmeras fontes, imagens, vídeos e depoimentos sobre o período republicano brasileiro. Vale a pena conferir! Acesso em: <http://cpdoc.fgv.br>

Bibliografia Consultada

- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, vol. 3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 84pp.
- REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. *O século XX, vol.2: o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerra*,. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. 302pp.

- SANTOS, Georgina dos; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro e VAINFAS, Ronaldo. *História: volume único*. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010. 896pp.

Imagens



- Acervo pessoal • Andreia Villar



- Charge de Diego Novaes



- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:VietnamMural.jpg>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=33580>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=36126>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=36126>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=41555>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=41555>



- http://www.washingtonpost.com/wp-adv/advertisers/russia/articles/features/20090826/the_american_ar_rival.html



- <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/1f/Tr-bigstick-cartoon.JPG/250px-Tr-bigstick-cartoon.JPG>



- http://farm5.staticflickr.com/4096/4895823605_5162d7735c_z.jpg



- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eva%26Juan.jpg>. Caras y Caretas nº.2236



- http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_fria



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=33307>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=33307>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51437>



- http://www.puc-rio.br/vestibular/repositorio/provas/2005/historia_obj-g1.html



- <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/IdeologiaTrabalhismo>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=31770>



- http://www.alerj.rj.gov.br/livro/pag_113.htm



- http://www.alerj.rj.gov.br/livro/pag_114.htm



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=25177>



- <http://correiodobrasil.com.br/destaque-do-dia/a-revolucao-chegou-vamos-a-revolucao-2/622086/>



- <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/album>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=32097>



- <http://cpdoc.fgv.br>



- <http://www.sxc.hu/photo/517386> • DavidHartman.

Atividade 1

- a. O anúncio defende a ideia de que o comunismo é uma grande farsa, sendo algo negativo, caso de polícia.
- b. O anúncio alerta a juventude para que não caia na farsa do comunismo, marcando e desonrando os nomes de suas famílias nos arquivos policiais.
- c. O comunismo é visto como sinal de desordem e violência.
- d. Será necessário intervir nos países em crise oferecendo ajuda financeira para a resolução dos problemas econômicos e promovendo medidas para melhorar a vida dos trabalhadores.

Atividade 2

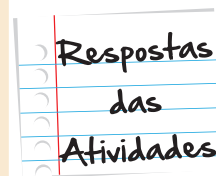
- a. A propaganda do DIP apresenta os direitos trabalhistas como um benefício dado pelo governo. Ela se relaciona com o conceito de trabalhismo, pois o DIP procurou conquistar a adesão e o apoio da classe trabalhadora apresentando a democracia social e os direitos trabalhistas como ações diretas promovidas pelo presidente e não por lutas e conquistas operárias.
- b. “as leis trabalhistas com que o atual governo por iniciativa própria, têm procurado amparar as classes trabalhadoras...”

Atividade 3

Origem dos capitais e investimentos: “Nacionalistas” - Nacionais, “Liberais/Entreguistas” - estrangeiros; Controle da exploração: “Nacionalistas” - Estatal, “Liberais/Entreguistas” - Privado; Modelo de exploração: “Nacionalistas” - Monopolistas, “Liberais/Entreguistas” - livre concorrencial.

Atividade 4

Porque as propostas reformistas apresentadas pelo governo Goulart foram interpretadas pelos setores conservadores, como latifundiários, parte da classe média, empresários, políticos e alguns militares, como um risco de expansão do comunismo. As greves e demais manifestações passaram a ser consideradas como sinais de desordem e baderna.





O que perguntam por aí?

Questão 1 - (Enem-2006)

A moderna democracia brasileira foi construída entre saltos e sobressaltos. Em 1954, a crise culminou no suicídio do presidente Vargas. No ano seguinte, outra crise quase impediu a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Em 1961, o Brasil quase chegou à guerra civil depois da inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros. Três anos mais tarde, um golpe militar depôs o presidente João Goulart, e o país viveu durante vinte anos em regime autoritário.

A partir dessas informações, relativas à história republicana brasileira, assinale a opção correta.

- a. Ao término do governo João Goulart, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República.
- b. A renúncia de Jânio Quadros representou a primeira grande crise do regime republicano brasileiro.
- c. Após duas décadas de governos militares, Getúlio Vargas foi eleito presidente em eleições diretas.
- d. A trágica morte de Vargas determinou o fim da carreira política de João Goulart.
- e. No período republicano citado, sucessivamente, um presidente morreu, um teve sua posse contestada, um renunciou e outro foi deposto.

Resposta: E

Questão 2 - (UFJF- PISM 3/triênio 2010-12)

Leia as duas versões de "O bonde de São Januário", samba de Wilson Batista e Ataulfo Alves que fez sucesso no carnaval de 1941. Após a intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo, a música tornou-se um sucesso no rádio.

<p>(1) No carnaval de 1941 Quem trabalha não tem razão Eu digo e não tenho medo de errar O bonde de São Januário leva mais um sócio otário sou eu que não vou trabalhar</p>	<p>(2) No rádio Quem trabalha é quem tem razão Eu digo e não tenho medo de errar o bonde de São Januário Leva mais um operário Sou eu que vou trabalhar</p>
--	--

Disponível em: <<http://www.instituto.org.br/blog/?p=27>>. Acesso em: 28 de outubro de 2012.

a. Compare as duas letras da música e responda ao que se pede.

I. O que se pode dizer sobre o valor do trabalho e do trabalhador em cada uma delas?

II. Em que sentido essa alteração se adequava ao projeto político do Estado Novo?

b. O Estado Novo inaugura uma nova forma de legitimação calcada numa política cultural. Explique a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda na legitimação do regime inaugurado em 1937.

Resposta:

I. O candidato deverá destacar, a partir dos textos, a depreciação do trabalho e do trabalhador no texto 1 e a valorização do trabalho e do trabalhador no texto 2, indicando essa transformação.

II. O candidato deverá relacionar a alteração na letra da música à criação da legislação social no período do Estado Novo; indicar a valorização do trabalho e do trabalhador como parte das estratégias de legitimação do regime político autoritário

O candidato deverá relacionar o uso da cultura popular, do rádio e da imprensa às estratégias de legitimação do regime político autoritário; poderá destacar a atuação do DIP e de outros aparatos, como o Ministério da Educação, na censura política à imprensa escrita e falada, bem como na criação cultural, tendo em vista a legitimação do regime; poderá destacar a criação de ritos cívicos, como o 1º de Maio, o aniversário de Vargas, a Semana da Pátria, como formas de legitimação política.

